

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
CAPÍTULO 1 – Diversidade Cultural: Formação da Identidade Nacional Brasileira	8
CAPÍTULO 2 – Questões Atuais sobre a Diversidade	19
CAPÍTULO 3 – Identidade Social: Intolerância e as Diferenças na Escola	37
CAPÍTULO 4 – A Diversidade Humana nas Escolas	50
CAPÍTULO 5 – Diversidade Etnocultural na Escola	62
CAPÍTULO 6 – Diversidade Sexual e o Papel da Escola	·····7
CAPÍTULO 7 – Papel da Escola no Respeito à Diversidade	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
BIBLIOGRAFIA	107



Uma das principais características da escola de ensino regular atual é a diversidade de alunos que a frequentam. Como a escola nada mais é que reflexo da sociedade na qual está inserida, podemos observar também, que a nossa sociedade, a brasileira, é composta por uma variedade muito grande de grupos sociais. Sendo um país vasto geograficamente, com uma história de colonização (mesmo que forçada e exploradora, em grande parte) e com uma política de imigração flexível, nosso país tem como base formadora diversas culturas.

Durante toda sua história, o Brasil recebeu povos das mais diversas origens, tendo sua base cultural e étnica formada por uma grande variedade de costumes e tradições. Além desse fator, o país também tem uma Constituição Federal democrática e atual, que permite a liberdade das pessoas nas suas escolhas individuais, como religião, orientação sexual, gênero, cultural e física.

Isso faz com que nossa sociedade seja permeada por vários elementos, principalmente nas grandes cidades, onde se pode notar a convivência lado a lado de vários grupos culturais, sociais e étnicos. Na escola não é diferente. Cada escola carrega as características de sua cultura local, de suas singularidades, de seu ambiente físico e social. Mas isso não torna seu público homogêneo, pois dentro de uma mesma comunidade existem várias outras diferenças.

Dentro do ambiente escolar existem, além das diferenças de nível acadêmico e cultural, diferenças individuais tais como gênero, orientação sexual, raça, credo, etnia, classe econômica, entre outras. Se você observar seu bairro, seu condomínio, vai perceber, que mesmo morando no mesmo lugar, as famílias têm suas diferenças, às vezes bem visíveis. Na escola não é diferente, mesmo recebendo alunos de um local em comum, a escola é cheia de diversidade.

Ainda usando o exemplo do bairro, condomínio, nesses lugares ocorrem muitos conflitos por causa das diferenças de comportamento relacionadas à educação e escolhas pessoais. Com a escola acontece o mesmo, muitos conflitos são ocasionados pelas diferenças. Mas então a diversidade é algo ruim? Não, pelo contrário. Quanto mais a criança tem contato com estímulos diferentes, mais exercita as estruturas mentais, ou seja, mais avança no aspecto cognitivo.

Além do aprendizado cognitivo, a criança também se desenvolve mais mentalmente, socialmente e fisicamente, pois tem mais contatos sociais que estimulam seus movimentos, sua interação verbal, exercitam o pensamento e a reflexão, desenvolvem a empatia, o respeito e a solidariedade. A diversidade só será um problema se não soubermos como lidar com ela de modo positivo.

Neste estudo, iremos analisar a base da nossa formação social, os grupos sociais que compõem nossa nação e as relações entre eles, histórica e atualmente. Também veremos como é o funcionamento da escola lidando com essa diversidade, como ela soluciona os conflitos e usa a diversidade para gerar aprendizado, interação e integração entre os alunos.



Nosso país passou por muitos conflitos e muitos dramas em sua história, foi formado por inúmeras características culturais e sociais que ajudaram a construir nossa identidade nacional, por isso, descrever a formação dessa identidade é algo complexo, delicado e trabalhoso. Neste capítulo, tentaremos entender um pouco como foi a construção da identidade nacional brasileira, resumindo esse processo em três períodos: colônia, império e república.

A partir de 1500, o nosso território se tornou uma colônia de exploração da monarquia portuguesa. Durante todo o período em que foi colonizado, não tínhamos uma identidade nacional, ao contrário, havia um conflito violento entre duas identidades: os portugueses e os nativos indígenas. Esse conflito exterminou boa parte da população indígena para poder se apoderar de suas terras, mas os indígenas ainda permaneceram vivos o suficiente para se tornar uma das bases na nossa identidade nacional.

Além do Brasil, os portugueses mantinham colônias de exploração em países da África e lá também houve violência e mortes. Muitos africanos eram capturados e escravizados pelos portugueses e levados para fora de seus países de origem para servirem aos portugueses. Por volta de 1550, os portugueses passaram a trazer africanos escravizados para o Brasil para trabalharem nas lavouras de cana-de-açúcar. Embora fossem maltratados, violentados, mortos cruelmente, e mesmo depois de libertos ainda sofressem exclusão e violência, os povos africanos sobreviveram. Eles mantiveram o que conseguiram de sua cultura, suas tradições, suas artes e religião, se tornando parte importante de nossa identidade nacional.

Em 1808, a família real portuguesa vem para o Brasil com sua corte, fugindo do exército de Napoleão Bonaparte, militar francês. Com esse acontecimento, o país começa a perder a característica de colônia, recebe intelectuais, a nobreza, passa a ter manifestações artísticas, literárias, escolas. A família real trouxe o estilo de vida europeu para o Brasil, ele se torna mais atualizado, mas ainda não tem identidade própria.

Podemos dizer que a identidade nacional brasileira só começou a ser construída a partir de 07 de setembro de 1822, quando Dom Pedro I declarou oficialmente a independência do Brasil em relação a Portugal. Claro que o processo de construção dessa identidade foi lento, ou melhor, ainda é, pois somente no século XX nossa consciência de nação começou a ser mais concreta (FIORIN, 2009).

Sabemos que o processo de construção da identidade nacional do Brasil se iniciou no ato de independência, de modo oficial, mas muitos ideais nacionais já estavam estabelecidos em nosso território. Já havia influência cultural, além da dos portugueses, dos povos indígenas e africanos. Após a libertação dos escravos, em 1888, o país passa a receber uma grande quantidade imigrantes.

Italianos, alemães, espanhóis, ingleses, holandeses, são muitos os povos que começam a se estabelecer em nosso território.

Obviamente, a influência cultural e política de Portugal ainda permaneceria forte, assim como a dependência econômica em relação à Europa. A cultura e a língua portuguesa eram majoritárias, mas se misturavam a outras bases culturais como a africana, indígena, italiana, alemã, entre outras. A língua portuguesa, adotada como língua nacional, ensinada em todas as escolas, passou a ser um dos fatores de coesão nacional. Embora haja variações e influências de outros idiomas, a língua portuguesa prevalece no vasto território nacional.

A língua brasileira era construída também através da literatura. O Guarani, de José de Alencar, publicado em 1857, é um dos grandes marcos da nossa identidade literária. Neste livro, o luso-tupi é o idioma dos personagens, que por sua vez, simbolizam o nascimento de um povo originado de duas raízes: a indígena e a portuguesa. A proclamação da república em 1889 estabelece a política federativa e fortalece os movimentos culturais regionais, devido à descentralização do poder e da grande extensão do território nacional, assim, a diversidade cresce e passa a ser uma característica notória de nossa nação.

No século XX temos a narrativa naturalista de Aluísio Azevedo na obra O cortiço. O cortiço de São Romão, que atua como protagonista do livro, representa a cultura brasileira de forma extremamente crua e real: uma mistura de sons, cores, cheiros e sabores. A sinestesia e a animalização do homem são características comuns do naturalismo, que não poupa o ser humano de uma descrição determinista e por vezes estereotipada. Outra obra marcante da época é Macunaíma, de Mário de Andrade, uma aventura estilizada através do folclore brasileiro, com personagens e histórias típicos de nossa nação.

O movimento modernista de 1920 é um exemplo dessa diversidade, Mário de Andrade (autor de Macunaíma), Oswald de Andrade e Di Cavalcanti organizaram uma semana cultural extremamente representativa e símbolo da nossa nacionalidade, temos as pinturas de Tarsila do Amaral, de Anita Malfatti, obras literárias, poemas, entre outras manifestações artísticas.

Politicamente, governo de Getúlio Vargas, iniciado na década de 1930, faz com que o nosso processo de construção da identidade nacional se expanda, do aspecto social e cultural, para o aspecto político. Para que haja coesão suficiente para a existência de um Estado, é preciso que a unidade nacional seja formada, através de uma identidade forte e uma identificação com os símbolos nacionais. Para que isso ocorresse, o governo investia em propaganda e um discurso fortemente nacionalista e populista (SOUSA, 2020).

Essa identidade nacional buscada pelo governo, porém, não englobava a diversidade. Getúlio pretendia uma nação homogênea, o que não era possível em um país construído por povos diversificados e com tamanha extensão territorial. Apesar disso, as políticas públicas de Getúlio Vargas foram embasadas na uniformidade nacional. A escola pública foi um exemplo disso. Vargas criou escolas padronizadas, currículo engessado e comum a todo o país composto por conteúdo relacionado a um padrão cultural comum (SOUSA, 2020).

Se por um lado isso foi positivo por criar escolas públicas e populares, por outro, cristalizou nosso currículo, conteúdos disciplinares e métodos de tal forma, que ainda hoje, temos dificuldades de trabalhar com currículo diversificado. Além da educação, o governo de Getúlio Vargas investiu na comunicação, principalmente o rádio, o que contribuiu para fomentar gostos populares como samba e futebol, que se tornaram símbolos nacionais (SOUSA, 2020).

Na década de 1950 o país vive um crescimento cultural e econômico, principalmente no governo de Jucelino Kubitschek. No esporte, sediamos a Copa do Mundo de futebol, mas a final, perdida para o Uruguai causa uma grande tristeza no povo. O futebol já havia se tornado um símbolo nacional, sendo acompanhado pelo rádio e pelas primeiras televisões. Nessa década, inclusive, é fundada a TV Tupi, emissora que promove a telenovela, um entretenimento que se tornaria uma marca da nação. Na cultura, destaca-se a realização da Bienal Internacional de Arte de São Paulo.

Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, temos o surgimento de tendências musicais que se tornam também símbolos de nosso país: bossa nova, jovem guarda e tropicália; vejamos com mais detalhes:

- Bossa Nova: ritmo originado do samba, a bossa nova foi popularizada pelo maestro Tom Jobim e o poeta Vinícius de Moraes. Essencialmente carioca, a bossa nova tornou a cidade do Rio Janeiro conhecida mundialmente, já que esta cidade era tema de muitas músicas, e internacionalizou-se como símbolo brasileiro;
- Jovem Guarda: esse movimento foi além da música (inspirada no rock n' roll americano da época), ditou moda e comportamentos. Os principais representantes foram Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa, que se tornaram inspiração e ídolos de toda uma geração;
- Tropicália: surgiu no final da década de 1960 e foi um importante movimento artístico contestador da ditadura militar. Os festivais musicais, muito populares no país, ajudaram a divulgar os artistas e ritmos da Tropicália, tais como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Os Mutantes, Torquato Neto, Tom Zé, Jorge Bem, Gal Gosta, Maria Bethânia. Os ritmos eram bem ecléticos, misturando samba, bolero, rock, baião, entre outros.

As décadas seguintes foram marcadas pela retomada da democracia e mudanças na área social, tais como: inclusão social e escolar, defesa dos direitos das minorias, combate à violência contra os pretos, homossexuais e as mulheres, proteção à criança, entre outras lutas importantes. Culturalmente, o país está marcado pela diversidade e pela variação de hábitos, tradições, religiões, costumes e comportamentos, sendo assim, um país de pluralidade.



No capítulo anterior compreendemos como a formação étnica e cultural do Brasil resultou em uma grande variedade de comportamentos, pensamentos e costumes, ou seja, nosso país é marcado pela pluralidade cultural. Atualmente, essa pluralidade desafia a escola a formar um currículo que acompanhe as tendências acadêmicas, as obrigações legais e ao mesmo tempo contemple essa diversidade.

Neste capítulo, iremos apresentar as principais questões que envolvem a diversidade e o pluralismo cultural em nosso país, para que mais à frente possamos compreender como a formação de um currículo que aborde essas questões é importante para a formação de alunos e professores.

Questões Raciais

As questões raciais nunca deixaram de ser importantes no nosso histórico social, pois, ainda hoje, mais de um século depois da abolição da escravatura no Brasil, os afrodescendentes ainda lutam pelo seu espaço na nossa sociedade. O preconceito racial em relação às pessoas pretas está presente na sociedade, no mercado de trabalho e na escola, mesmo que muito do racismo seja manifestado de forma velada.

No mercado de trabalho, é comum as pessoas pretas serem preteridas em alguns cargos em favor das pessoas brancas, por isso, em alguns casos é preciso adotar o sistema cotas, em concursos públicos, para prover melhores oportunidades a essas pessoas. Além do preconceito de cor, existe a exclusão social, pois a maioria da população com baixa renda é preta ou parda, e tem poucas condições de acesso ao nível superior de ensino, por isso, a política de cotas para pessoas com baixa renda também ajuda a sanar a questão da exclusão escolar de afrodescendentes.

Nas escolas de Educação Básica, existem muitos projetos de inclusão para acolher alunos pretos para que não sofram bullying ou qualquer tipo de discriminação racial. Ainda existem muitos comportamentos racistas na escola, infelizmente até por parte de professores e funcionários, mas todos os envolvidos com a educação estão lutando para que esses comportamentos parem e a escola ajude a formar uma sociedade mais justa para todos, sem preconceito de cor ou raça.

O ensino da história dos africanos trazidos para o Brasil também precisa ser expandido para além da escravidão, mostrando como, superando a marginalização e a exclusão, muitos afrodescendentes se sobressaíram na nossa cultura, na nossa sociedade e na nossa história. Contar a história de luta de Zumbi dos Palmares e mostrar que ainda existem quilombos, onde se convive cooperativamente, mantendo a cultura de várias regiões da África, seria importante para contextualizar os alunos sobre a situação dos quilombolas atualmente.

Inclusão do Deficiente

Um dos aspectos da diversidade na escola envolve a inclusão do deficiente. Nossa sociedade ainda não é a ideal para as pessoas que têm deficiência(s). Embora exista uma legislação completa sobre esse tema (Lei nº 13.146), ainda falta acessibilidade ao deficiente em muitos locais e em muitos serviços. Na escola, o aluno com deficiência precisa ter acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), no contra turno escolar, de preferência em salas de recursos multifuncionais. Não são todas as escolas que possuem esse atendimento e o aluno acaba sendo direcionado para outras para que tenham AEE, muitas vezes distantes da casa do aluno, o que pode causar desmotivação e desistência.

Além de questões logísticas, existem muitas atitudes preconceituosas em relação ao deficiente, na sociedade e no mercado de trabalho. Para que os deficientes possam conseguir trabalho e serem autônomos, empresas criaram vagas exclusivas para pessoas com deficiência (PCD). Essas empresas, que oferecem essas vagas, recebem incentivos fiscais do governo. Além dessa ação, é oferecida uma porcentagem de vagas para PCD em concursos públicos e na maioria dos processos seletivos.

A questão da deficiência, portanto, envolve mais do que adaptações físicas, envolve adaptações atitudinais. Isso deve ser trabalhado desde cedo na escola, para que se reflita na sociedade, para que esta passe a tratar o deficiente com respeito e dignidade.

· Questões sobre Sexualidade

Nossa sociedade ainda é extremamente violenta em relação à orientação sexual que não seja heterossexual. Primeiramente, é preciso que se compreenda que orientação sexual é diferente de identidade de gênero. Orientação sexual diz respeito ao parceiro(s) ou parceira(s) pelo qual temos atração sexual, emocional e/ou afetiva. De acordo com a cartilha do Ministério Público Federal sobre os direitos LGBT (BRASIL, 2017, p.9), existem as seguintes orientações sexuais:

- Homossexualidade: atração emocional, afetiva ou sexual por pessoa do mesmo gênero;
- Heterossexualidade: atração emocional, afetiva ou sexual por pessoa de gênero diferente;
- Bissexualidade: atração emocional, afetiva ou sexual por pessoas dos dois gêneros;
- Assexualidade: ausência de atração sexual por pessoas de ambos os gêneros.

Atualmente, temos uma luta intensa na sociedade brasileira pelo respeito aos direitos dos homossexuais. A legislação permite o reconhecimento de união estável entre parceiros do mesmo sexo e muitos casais homoafetivos têm filhos, então, exigem respeito e direitos iguais para suas famílias e suas relações.

Na escola, procura-se trabalhar a questão do respeito, com intuito de formar cidadãos que entendam que não precisam aceitar, apoiar pessoas que agem e pensam diferentes deles, aliás, em uma sociedade tão populosa como a nossa, não há possibilidade de que encontremos hegemonia de opiniões e comportamentos, mas precisam respeitar os direitos das outras pessoas viverem como planejam e desejam. Nossos direitos terminam quando começam os do outro, portanto, a escola tem o dever de ensinar o respeito mútuo aos seus alunos.

• Questões sobre Diversidade de Gênero

A identidade de gênero, é diferente da orientação sexual, ela tem a ver com a identificação que temos com o nosso sexo biológico. Uma pessoa pode nascer descontente com o seu gênero, sem necessariamente ser homossexual. Temos, dentro das questões de gênero mais evidentes em nosso país, a questão do transexual, do transgênero e das travestis.

Segundo a cartilha do Ministério Público Federal sobre os direitos LGBT (BRASIL, 2017, p.14), existem os seguintes conceitos relacionados ao gênero:

- ldentidade de Gênero: compreensão que a pessoa tem de si em relação a ser feminino ou masculino, ou a não-identificação com gênero binário, isso interfere em suas escolhas individuais em relação a comportamentos, nome, vestuário, etc.;
- Cisgêneras: pessoas que têm identidade de gênero em conformidade com o sexo biológico. Isso independe de orientação sexual. Por exemplo, uma mulher, nascida do sexo feminino, que identifica com o sexo feminino, pode ser homossexual, ou seja, ela não precisa se identificar com o gênero masculino para se sentir atraída por mulheres;
- Transgêneras: são pessoas que possuem uma identidade de gênero diferente do sexo biológico. Por exemplo, nascer homem, mas se identificar com coisas femininas. O transgênero muda de gênero e não de sexo, portanto, não transforma o corpo;

- Transexuais: não se identificam com o sexo biológico e nem com os órgãos sexuais, por isso, procuram modificar o corpo e operar os órgãos genitais. Tudo precisa ser acompanhado por uma equipe de saúde, com vários profissionais. Dentro dessa categoria também temos as travestis, que se transformam em mulheres, mas ainda não mudaram de sexo;
- Crossdressers: são pessoas que se vestem e interpretam os papéis de gênero, não necessariamente adotando a identidade do gênero que escolhem.

• Questões Culturais

O Brasil é um país dividido em cinco regiões que têm hábitos, costumes e comportamentos diferentes. Vejamos a seguir como são as características dessas regiões:

- PRegião Sul: tem a presença forte da imigração italiana, da alemã e outras culturas do leste europeu, por isso, tem as tradições e culturas desses locais inseridas em sua cultura, isso se manifesta na culinária, na arquitetura, nas danças e festas típicas. Um bom exemplo é a Oktoberfest de Santa Catarina, festa da cerveja que é original da Alemanha. Uma bebida símbolo da região é p chimarrão, feito com mate;
- ▶ Região Sudeste: a região sudeste é a mais populosa do país, altamente industrializada, com grandes metrópoles, também possui cidades interioranas com tradições agrícolas e rurais. Temos a cultura caipira, mantida através da música, das feiras pecuárias e agrícolas, da culinária, em cidades do interior de São Paulo e Minas Gerais. Temos a cultura carioca, com samba, carnaval, bossa nova, MPB e as tradições praianas. Temos o multiculturalismo do Espírito Santo, que mistura tradições europeias, africanas e indígenas. Na culinária, são símbolos da região a moqueca capixaba, a feijoada, o virado à paulista, a galinhada, o pão-de-queijo, o cuscuz paulista, entre outros;

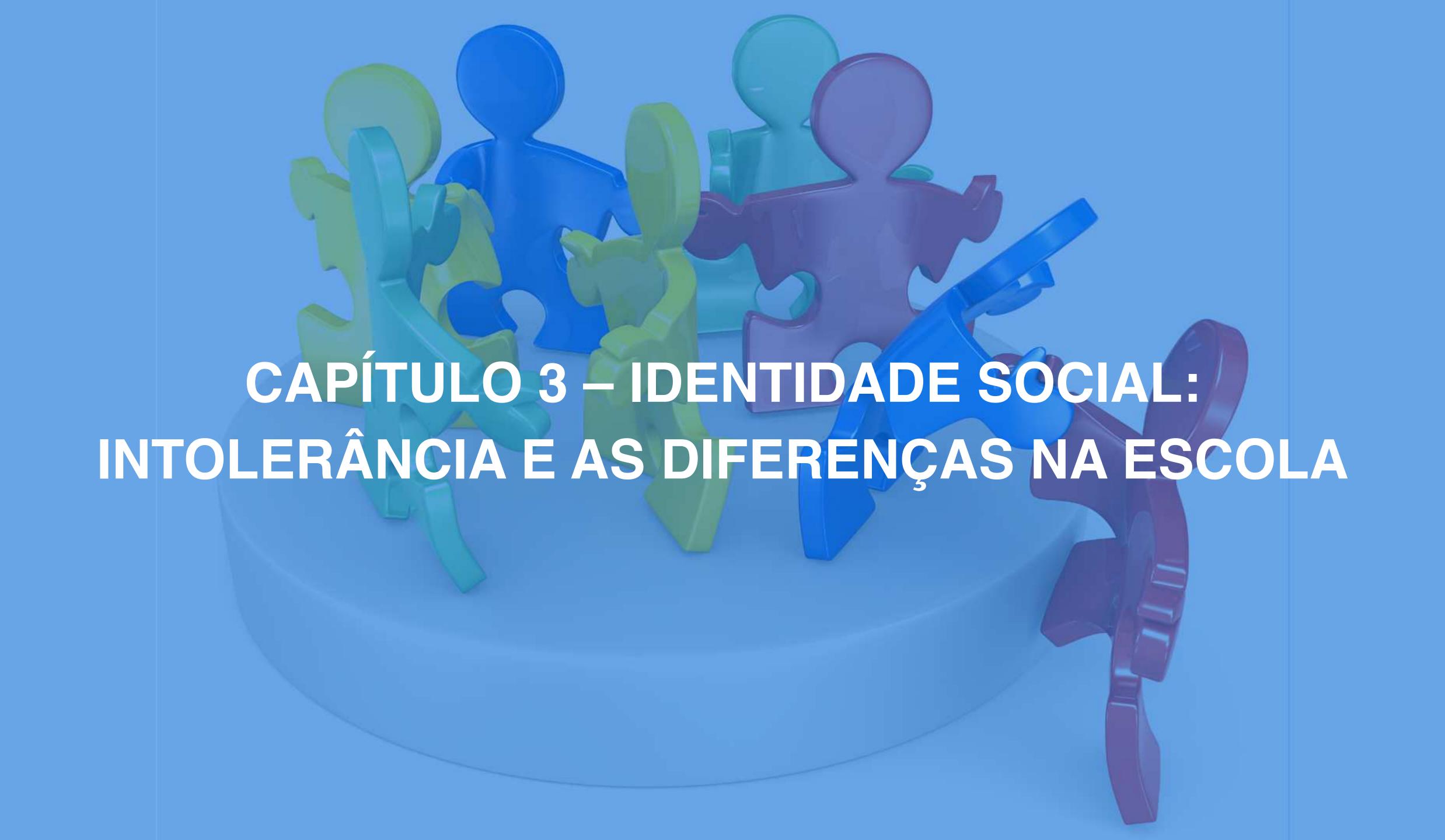
- •Região Centro-Oeste: essa região é marcada pelo Pantanal, o Cerrado e as influências dos povos indígenas. Com uma natureza tão rica e variada, o centro-oeste tem manifestações culturais que mesclam as tradições indígenas com as pecuárias. Existem muitos povos nessa região, inclusive imigrantes bolivianos e paraguaios. A culinária tem pratos à base de peixes e os pratos mais populares são o arroz com pequi, a sopa paraguaia, o arroz carreteiro, o arroz boliviano, arroz maria-isabel e o empadão goiano.
- ▶ Região Norte: a região norte é caracterizada pelas tradições amazônicas. Existem muitas comunidades ribeirinhas que vivem em torno da pesca e cultivam as lendas folclóricas locais, como a do boto (que sai da água para engravidar moças desprevenidas). Os povos indígenas, suas lendas, rituais e tradições também fazem parte da cultura dessa região. São famosas as festas do boi-bumbá em Parintins e a procissão do Círio de Nazaré. Também temos a congada, a folia de reis e a festa do divino. A culinária tem a influência forte indígena com muito uso de peixes, mandioca, tucupi, tacacá, jambu, camarão seco e pimenta-decheiro.

Região Nordeste: segundo o site Mundo Educação (fonte: https:// mundoeducacao.uol.com.br/geografia/diversidade-cultural-nobrasil.htm#:~:text=A%20diversidade%20cultural%20refere%2Dse,culturais%20entre%20 as%20suas%20regi%C3%B5es.), "Entre as manifestações culturais da região estão danças e festas como o bumba meu boi, maracatu, caboclinhos, carnaval, ciranda, coco, terno de zabumba, marujada, reisado, frevo, cavalhada e capoeira". As religiões de matriz africana estão presentes em todos os estados da região, sendo a festa de lemanjá bastante famosa. Outra característica popular é a literatura de cordel. Na culinária temos como pratos típicos: "carne de sol, peixes, frutos do mar, buchada de bode, sarapatel, acarajé, vatapá, cururu, feijão-verde, canjica, arroz-doce, bolo de fubá cozido, bolo de massa de mandioca, broa de milho verde, pamonha, cocada, tapioca, pé de moleque, entre tantos outros".

Para finalizar esse capítulo, é importante colocar a importância de ensinar o respeito ao outro na escola. Além das questões apresentadas aqui, podemos afirmar a importância de se respeitar as escolhas religiosas, os rituais e as crenças pessoais. Muitas religiões sofrem preconceito, principalmente as de matriz africana, então é preciso entender, que se pedimos que respeitem nossas escolhas, temos que respeitar a dos outros.

Outro ponto a ser considerado é a questão étnica. Recebemos muitos imigrantes, desde os primeiros séculos e atualmente recebemos refugiados. O refugiado foge da fome, da miséria e da violência, não está fazendo turismo, por isso, precisamos ensinar a tratar as pessoas com humanidade.

Uma outra questão urgente é a dos povos indígenas. Não podemos esquecer que eles estavam aqui quando os portugueses chegaram, tomaram suas terras, foram mortos, escravizados e violentados. Temos uma dívida histórica com os indígenas. Além de dar a eles terras para viverem como quiserem, temos que respeitar seus direitos de escolha, caso queiram se inserir na nossa sociedade ou não, e respeitar suas tradições e seus limites. A escola precisa parar também de tratar os indígenas de forma caricatural, fora da realidade. Vestir as crianças como os indígenas é apropriação cultural e isso é um desserviço para o ensino. Os alunos acabam por nunca conhecerem a verdadeira realidade dos povos indígenas.



A escola pública brasileira representa a sociedade na qual está inserida, sendo assim, se temos problemas com intolerância e preconceito em relação às diferenças no nosso meio social, teremos os mesmos problemas na escola. Nossa sociedade é construída por diversas identidades sociais. Identidade social é o sentimento que temos de identificação com determinados grupos (étnicos, culturais, religiosos, etc.). Neste capítulo, iremos abordar os principais problemas em relação a esse tipo de identidade, tais como racismo, preconceito, discriminação e intolerância. Para que sejamos bem claros em relação a esses problemas, primeiramente, vamos ver algumas definições:

- **Preconceito**: é um pré-conceito, ou seja, uma ideia formada sobre algo ou alguém sem antes conhecer os mesmos. Também significa sentimento hostil em relação a algo desconhecido, uma generalização apressada;
- Racismo: conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças, entre as etnias. Doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura e superior) de dominar outras (Google.com);
- Discriminação: ação ou efeito de separar, segregar, pôr à parte (Google.com);
- Intolerância: inflexibilidade, intransigência, não suportar algo ou alguém.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), com profissionais e alunos de escolas públicas de todo o país, demonstrou que 99,3% deles apresentavam algum tipo de preconceito: étnico, racial, socioeconômico, de gênero, de orientação sexual, com pessoas deficientes, territorial ou de geração (BRASIL/MEC/INEP, 2009).

Os dados percentuais dessa pesquisa indicam que o povo brasileiro, ao contrário do que a cultura popular nos faz crer, é um povo que apresenta uma variedade significativa de preconceitos, como demonstram os dados a seguir:

[...] 96,5% têm preconceito contra pessoas com deficiência física ou mental; 94,2% têm preconceito étnico-racial; 93,5% possuem preconceito de gênero; 91,0% possuem preconceito geracional; 87,5% têm preconceito socioeconômico; 87,3% têm preconceito contra homossexuais, e 75,9% possuem preconceito relacionado a quem mora no campo ou na cidade (BRASIL/MEC/INEP, 2009c, apud MORAES, 2014, p.74).

Os dados ficam ainda mais estarrecedores quando analisamos não só a ideia de preconceito, mas das atitudes, vejamos:

No índice percentual de concordância com atitudes discriminatórias, 38,2% dos entrevistados responderam concordar com discriminações por conta de questões de gênero; 37,9% por conta de diferença geracional; 32,4% por deficiência física ou mental; 25,1% por diferenças socioeconômicas; 22,9% por preconceito étnico-racial, e 20,6% por preconceito territorial (BRASIL/MEC/INEP, 2009b, apud MORAES, 2014, p.74).

Isso demonstra não só que as pessoas são preconceituosas, mas que apoiam atitudes preconceituosas, ou seja, passar do abstrato para o real. Para uma sociedade ou a escola esse cenário é devastador, pois se temos pessoas que não só pensam de forma preconceituosa, mas que apoiam essas atitudes, permaneceremos nesse nível de intolerância por muito tempo. Isso precisa mudar se quisermos uma sociedade mais justa e pacífica. A pesquisa ainda revela que essas pessoas querem uma certa distância social em relação a certos grupos:

A distância social em relação a pessoas homossexuais foi a que apresentou o maior índice percentual, com 72% das pessoas afirmando quererem algum tipo de distância deste grupo; acompanhado pela distância em relação a pessoas portadoras de deficiência mental (70,9%), ciganos (70,4%), portadores de deficiência física (61,8%), índios (61,6%), moradores da periferia e/ou de favelas (61,4%), pessoas pobres (60,8%), moradores e/ou trabalhadores de áreas rurais (56,4%) e negros (55%) (BRASIL/MEC/INEP, 2009^a, apud MORAES, 2014, p.74).

Esses dados revelam as dificuldades das pessoas em relação ao respeito e à aceitação, o que torna a convivência humana dentro e fora da escola extremamente conflituosa. Se esses conflitos forem recorrentes no ambiente escolar, veremos aumentar cada vez mais as práticas discriminatórias e violentas. Uma das consequências de uma sociedade recheada dessas práticas é uma escola marcada pelo bullying. "Bullying é uma situação que se caracteriza por agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva, por um ou mais alunos contra um ou mais colegas (Fonte: escoladainteligencia.com.br, 2020).

Quanto a esse tema, a pesquisa da FIPE mostra que 10,5% das práticas de bullying envolvem alunos, 5,3% professores e 4,9% os funcionários. Dessas práticas, a maior parte é em relação a preconceito de raça, idade (idosos), gênero (mulheres), homossexuais e funcionários pobres (MORAES, 2014).

É preciso que educadores se esforcem para transformar o ambiente escolar em um lugar sem preconceitos de qualquer tipo, mas eles precisam que todos estejam comprometidos com esse propósito. As famílias dos alunos, a comunidade escolar e o governo precisam se unir, primeiro para punir atitudes discriminatórias de qualquer espécie, e segundo para fomentar ações e projetos que inibam, previnam e futuramente erradiquem essas atitudes.

Valorização da Diversidade

Para que se mude esse cenário repleto de preconceito, a escola precisa criar uma cultura em seu ambiente que valorize a diversidade, as diferenças. Desde a Educação Infantil, é preciso trabalhar com clareza as questões de diversidade, para que a criança já se acostume com o que é diferente, com o que é novo. As práticas escolares, em todas as disciplinas e séries, devem envolver atitudes de empatia, de respeito mútuo, de cooperação e solidariedade.

Essas práticas, devem ser bem planejadas e fundamentadas, em paradigmas teóricos e legais. Além disso, todo o corpo docente, a gestão e os funcionários devem ser exemplos para os alunos, pois estes aprendem regras sociais também pela imitação. A pesquisa da FIPE nos mostrou que não é a escola que gera o preconceito, pois este já vem concretizado para a escola, através de seus agentes.

Porém, a escola, se é reflexo da sociedade, também é poderoso instrumento para ajudar a melhorá-la. Se o projeto pedagógico da escola incluir, sempre, uma política de tolerância zero com a violência e a discriminação, os alunos aprenderão desde cedo que essas atitudes são erradas. Esses alunos devem ser constantemente lembrados pela escola, através das falas e atitudes de professores, gestores e funcionários, que preconceito é algo muito ruim.

Conjuntamente com o ensino do que é errado, deve ser ofertado aos alunos o conhecimento sobre o que é correto. Isso inclui estudos sobre Filosofia Moral, Sociologia, Antropologia, Legislação, História, enfim, um esforço conjunto das disciplinas para incluírem em seus conteúdos temas como Direitos Humanos, Diversidade e Convivência.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazem um volume sobre os Temas Transversais: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual e temas locais (BRASIL, 1998). Esses temas são marcados pela transversalidade, ou seja, devem estar presentes em todas as disciplinas, de forma contínua. Não são um projeto, são parte da matéria.

Adotados no currículo, os temas transversais têm como objetivo promover a formação do aluno como cidadão e como pessoa humana, ou seja, vai construir conhecimentos a respeito da sociedade e as formas de se conviver na mesma, vai ajudar a formar seres humanos mais conscientes em relação a direitos, à natureza, à sua saúde e ao meio ambiente, e vai incentivar as ações que melhorem a escola e a comunidade. Nos temas locais, a escola pode inserir algo relacionado ao ambiente no qual a escola se insere, como o bairro, a cidade, a região. Assim, poderemos erradicar o preconceito da escola e, mais tarde, da sociedade.



No capítulo anterior, explicamos o significado de identidade social e como ela está relacionada a alguns conflitos na sociedade e na escola. As diferentes identidades sociais, ou seja, as diferenças culturais, étnicas, políticas, religiosas, entre outras, compõem a diversidade humana. Como a escola reflete as características de seu contexto social, ela está repleta de identidades, portanto, está repleta de diversidade humana.

Neste capítulo, iremos entender como se caracteriza essa diversidade na escola e como os agentes educacionais devem trabalhar com essa diversidade de forma positiva, elaborando currículo e práticas pedagógicas que aproveitem a variedade humana da escola para ensinar e para aprender sobre práticas sociais.

A escola brasileira é construída com uma grande variedade de tipos sociais. Existem crianças, em uma mesma sala de aula, que têm origens diferentes, condições socioeconômicas diferentes, cultura, religião diferentes, isso sem mencionar as diferenças físicas e cognitivas. Todas essas crianças e seus professores fazem um esforço diário para não deixar que essas diferenças sejam um obstáculo à convivência e ao aprendizado. O mesmo esforço deve ser feito na nossa sociedade para que nós adultos não deixemos nossas identidades sociais nos afastarem de um modo de vida equilibrado e pacífico com os outros.

Uma sociedade inclusiva envolve diversas questões sociais, porém, quando falamos em inclusão imediatamente pensamos nos **deficientes**. Já comentamos aqui que os alunos com deficiência devem ter acesso ao AEE, porém, nos falta relatar que a lei que lhes dá esse direito também abrange alunos com TEA (transtorno do espectro autista) e com altas habilidades, todos são alunos com **necessidades educacionais especiais** (NEE). Além da questão pedagógica, esses alunos devem ser socializados e integrados, por isso, a escola precisa ter ações inclusivas. Essas ações devem promover aceitação, acolhimento, respeito e solidariedade.

A pesquisa da FIPE, citada anteriormente aqui, nos mostra que também há preconceito em relação a grupos de alunos, professores e funcionários que vêm do campo, de outras regiões do país ou que são pobres. Esse preconceito mostra uma intolerância e um desrespeito ao que é diferente do padrão deles, ou seja, a outras formas de se viver. A diversidade socioeconômica e a territorial fazem parte do cotidiano escolar e devem ser usadas como forma de ensinar aos alunos os aspectos interessantes de se conhecer outras músicas, outras comidas, outras paisagens, outras formas de se divertir, etc. Se educarmos as crianças para olharem as outras culturas com interesse, curiosidade e sem medo, esse preconceito logo irá desaparecer. O mesmo vale para as condições socioeconômicas, os alunos precisam aprender a valorizar outros aspectos da vida que não seja o material.

Uma das principais fontes de conflito na nossa sociedade atual, e que se reflete na escola, é a questão da diversidade religiosa. Nosso país é de maioria cristã, porém, nossas leis dão liberdade de escolha e prática religiosa. Na escola, temos como lei norteadora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), que em seu artigo 33, afirma que a escola pode oferecer ensino religioso respeitando a diversidade e sem proselitismo.

Proselitismo é quando o professor, no caso desse contexto, não descreve e explica as religiões como manda a lei, mas ensina uma única e doutrina em favor dela. Isso é ilegal e por esse motivo não é adequado o professor de ensino religioso ser um sacerdote de qualquer religião que seja, o correto é ser um teólogo ou filósofo, que irá apresentar todas as religiões da nação sem doutrinar.

Além do ensino religioso, que deve atentar para esses cuidados, a escola deve oferecer, transversalmente nas disciplinas e suas práticas, noções de respeito às mais diversas religiões e suas práticas. Também deve respeitar a religião de cada aluno, o que pode exigir adaptações na frequência, na participação em atividades e no vestuário, entre outras coisas. Deve ficar claro a todos na escola, que segundo o artigo 208 do Código Penal Brasileiro (1940):

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

Sendo assim, o respeito à religiosidade do próximo não é só uma questão de boa vontade, mas sim uma questão legal. Outra questão legal que dever ser observada é o respeito ao gênero. Dentro dessa questão temos a condição da mulher, que atualmente nos preocupa por conta dos inúmeros casos de violência e de *feminicídio*. Também temos a questão dos transgêneros, que podem se apresentar desde muito cedo na escola. A maioria dos conflitos atuais, em ambos os casos, estão relacionados às mudanças recentes nos papéis sociais de gênero.

Os papéis sociais de gênero sempre foram tratados pela sociedade de forma binária, ou seja, feminino e masculino. Esse tratamento se baseava no sexo biológico e atribuía aos papéis sociais características prédeterminadas. Para Laqueur (1996, apud SOUZA & CARRIERI, 2010) o binarismo de gênero surge nos séculos XVIII e XIX. Até então não havia diferenciações significativas entre os gêneros masculinos e feminino. A mulher não era considerada diferente fisicamente do homem, mas uma extensão inferior e inacabada. As discussões sobre uma nova dinâmica social advindas do Iluminismo iniciaram a diferenciação do gênero masculino do feminino. A bipolarização dos sexos vai ajudar a difundir os ideais burgueses, auxiliando os mecanismos de controle da sociedade capitalista (SOUZA & CARRIERI, 2010).

Com o surgimento do Estado, no capitalismo Industrial, a ciência passa então a tratar o binarismo de gênero como algo determinado biologicamente, com diferenças geneticamente estabelecidas e imutáveis. Também se fala em gênero e sexo como algo indissociável. Com a divisão binária dos gêneros e a prevalência da heteronormatividade surge também uma hierarquização. A mulher seria o lado frágil do binário, o que fica explicitado pelos privilégios sociais do gênero masculino e do papel submisso do gênero feminino como revelam os estudos de Souza & Carrieri, 2010, p.54:

Em uma lógica binária (masculino versus feminino, homossexual versus heterossexual), sempre existirá e se admitirá um polo que será desvalorizado, designado como minoria que, apesar de ser diferente ou desviante, poderá ser "tolerado" pela sociedade. Nessa lógica, torna-se impossível pensar em múltiplas sexualidades, pois o múltiplo é algo que foge a ela (LOURO, 2004). Para Pocahy (2007), a homofobia e a hierarquização das relações entre homens e mulheres, também denominadas de sexismo, são fruto de uma sexualidade binária que cria um espaço social sexualizado, espaço que atua como sinalizador dos possíveis lugares a serem ocupados.

Assim como na sociedade, na escola existe uma definição muito clara dos papéis sociais: o do professor, o do aluno, o da direção. E não é diferente em relação ao gênero. A escola demarca muito bem o papel de menina e o papel de menino, através de brincadeiras, da estrutura física e do discurso dos educadores. A escola exerce o controle sobre o corpo e cria um sistema de punições e recompensas para os comportamentos. Professoras desencorajam alunos que diluem as fronteiras de gênero, eles viram "caso", um problema (FREIRE, 2018).

Em sua pesquisa, Bíscaro (2009) evidenciou que professores de Educação Infantil são promotores de atitudes sexistas, diferenciando e evidenciando atitudes, brinquedos, comportamentos e brincadeiras próprios para cada gênero. Assim, a escola reforça o preconceito e as atitudes discriminatórias. Os professores não percebem as atitudes sexistas de seu cotidiano na educação infantil. Eles reproduzem o que aprenderam. O discurso reproduzido na escola nada mais é que o discurso da sociedade.

Esses professores também encaram como problema as crianças que tendem a quebrar as barreiras entre feminino e masculino, ou seja, que fogem ao padrão binário, caso das crianças transgêneros (BÍSCARO, 2009). Isso nos leva a crer que tem pouca informação ou informações errôneas sobre os temas citados. Conceitos como os de papéis sociais, identidade de gênero e orientação sexual ainda são tratados de modo confuso na sociedade e dentro da escola não é diferente. A escola precisa, portanto, além de contemplar a diversidade em seu currículo, trabalhar questões sobre ela nas suas práticas cotidianas, envolvendo os alunos, suas famílias e funcionários em um esforço constante para a superação da discriminação e do preconceito.



Para se criar uma cultura de inclusão dentro e fora da escola, é preciso que se criem práticas de convivência e respeito a todas as identidades sociais, como as **étnicas** e as **culturais**. Os alunos, funcionários, professores e gestores precisam aprender a conviver com as diferenças, enxergando a diversidade como algo positivo e não como fonte de conflitos e distanciamento social. Neste capítulo, iremos explicar a diversidade étnica e a cultural e apresentar as formas de se usar essas diversidades como fonte geradora de conhecimento e integração social.

A nossa diversidade cultural já foi descrita em capítulo anterior, então, iremos abordar agora a diversidade étnica. Um grupo étnico pode ser definido por indivíduos com a mesma raça, cultura, território, língua, porém, não há uma definição aceita unanimemente pela ciência e por isso, muitos antropólogos rejeitam a classificação por etnia. Embora haja muita discussão em torno das definições exatas, é preciso separar **raça** e **etnia**. Raça é aspecto biológico, etnia é social.

Pois bem, em capítulo anterior já explicamos a formação étnica brasileira, que é composta por vários grupos vindos de todas as regiões do planeta, isso porque recebemos muitos imigrantes, que se misturaram aos grupos nativos indígenas, aos povos africanos (trazidos escravizados) e ao português. Assim, nossa formação étnica é plural, é diversificada.

Por conta dessa diversidade étnica, o Brasil também é formado pelo multiculturalismo. Nossa identidade cultural é também plural, como vimos no capítulo sobre identidade nacional. Na escola podemos notar esse multiculturalismo e como ele influencia as relações sociais entre os alunos, professores e gestores. Acreditamos que o principal obstáculo nas relações etnoculturais é a superação do estranhamento que as diferenças causam, ou seja, é mostrar aos alunos e professores como lidar com as diferenças de forma positiva, e não como uma barreira a ser superada.

• Educação Infantil e Diversidade

É na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, que se inicia o processo de superação desse estranhamento que as diferenças nos causam. Sim, porque o ser humano reage negativamente às mudanças, às diferenças, às situações novas, em um primeiro momento, é um impulso biológico. Com as crianças pequenas, entre O e 6 anos, essa situação de estranhamento parece ser mais intensa, principalmente se tiverem necessidades educacionais especiais, como deficientes e autistas. Então, como a escola vai reduzir esse estranhamento lidando com uma faixa etária tão nova?

Assim como a escola faz um trabalho de adaptação das crianças ingressantes, em uma situação nova para essa criança, ela o fará em relação às diferenças étnicas e culturais. Assim como preparamos a criança para sua vida escolar, também devemos prepará-las para o encontro com a diferença, colocando-a em contato com o máximo de diversidade social possível. Vejamos algumas práticas que podem ser adotadas na Educação Infantil para facilitar a integração social:

- ✓ Apresentar nossa cultura: mostrar aos alunos que nosso país tem muitas identidades sociais e todas devem ser respeitadas;
- ✓ Mostrar lugares e pessoas diferentes: mostrar cidades, línguas, paisagens naturais, pessoas e modos de vida diferentes e como eles são interessantes;
- ✓ Ensinar danças típicas de outros locais: a criança se diverte, se exercita, conhecendo outras culturas;
- ✓ Ensinar brincadeiras de outras culturas;
- ✓ Fazer leituras sobre diversidade: escolher livros que mostrem outras etnias e culturas, existem muitos disponíveis atualmente para todas as faixas etárias, e têm também livros que ensinam a lidar com as diferenças;

- ✓ Contar histórias: histórias de outros países, de outras regiões, contos de fadas, fábulas;
- Mostrar comidas típicas de outros lugares: o professor pode fazer com os alunos ou a escola oferecer como lanche, uma vez na semana, algum prato típico de outro local (consultando os pais e nutricionista, claro, por conta de alergias e para não prejudicar a saúde das crianças);
- ✓ Representações culturais: a escola pode inserir em seus eventos festas típicas de outras regiões ou nacionalidades, por escolha democrática;
- ✓ Arte: apresentar músicas, pinturas, esculturas, literatura, etc. (adequadas à faixa etária), de outros locais do país e do mundo.

• Ensino Fundamental

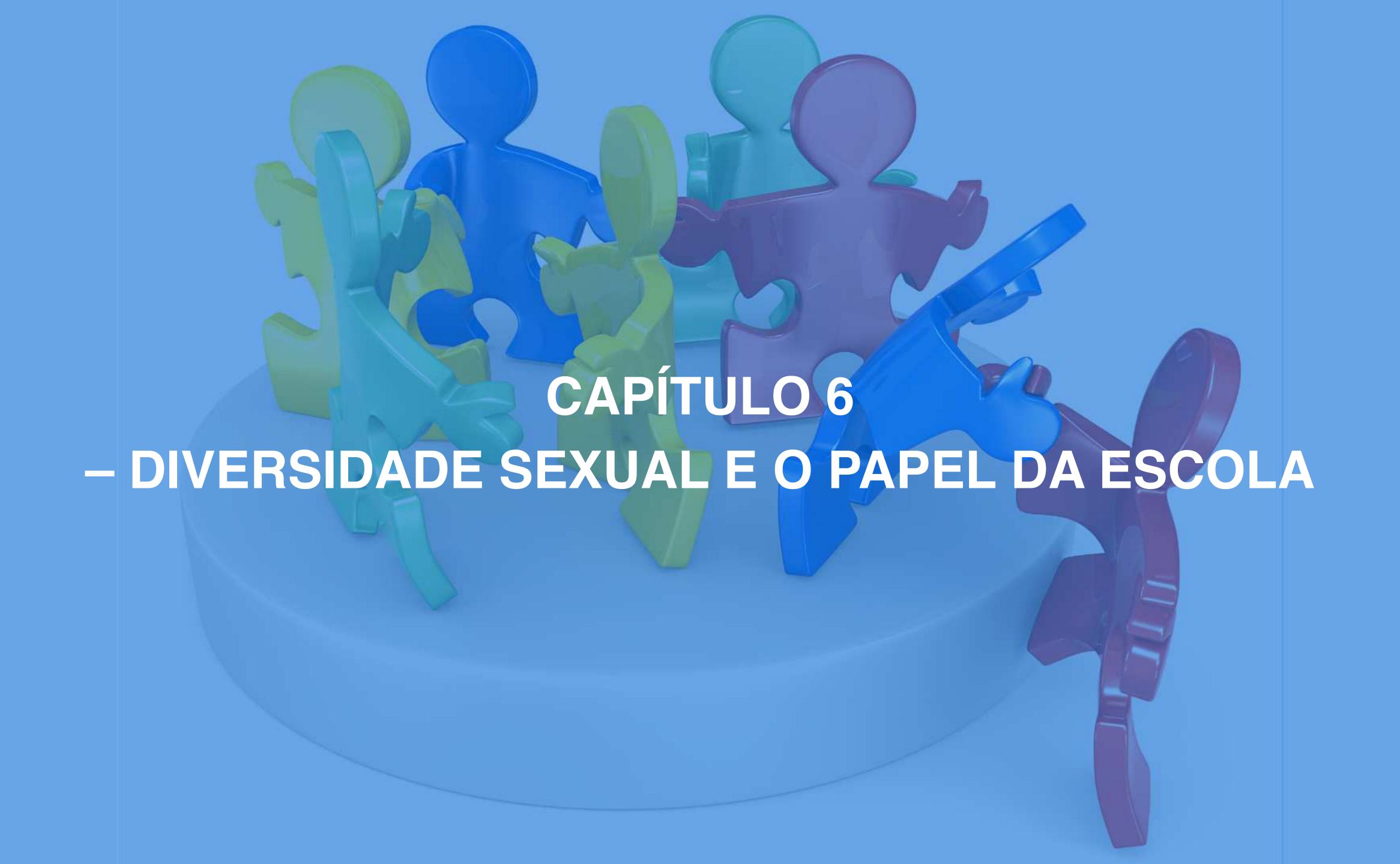
No Ensino Fundamental é importante que a escola elabore um currículo que inclua o tema transversal Pluralidade Cultural em suas disciplinas, de modo contínuo. Além disso, a escola pode manter algumas práticas da Educação Infantil, fazendo as adaptações necessárias, vejamos:

- Arte: a escola deve manter em suas práticas pedagógicas a exposição de artes de outros locais do Brasil e do mundo;
- Representações culturais: inserindo comidas, roupas, danças e músicas típicas;
- Leitura: a biblioteca deve ter livros de outras etnias e culturas em seu acervo.

Ensino Médio

O público do ensino médio é composto de adolescentes. Essa faixa etária tem características diferentes da infantil: procuram a convivência dos pares, querem aceitação dos mesmos, estão desenvolvendo a sexualidade, tem dificuldade de diálogo com adultos, oscilações de humor, inconstância nas ideias e atitudes, entre outras. Pensando nisso, o trabalho com a diferença pode ser ajustado para um cenário mais local e individual, por exemplo, focar nos conflitos que ocorrem mais perto deles (bairro, cidade, região) e também nas tensões entre os grupos dentro da escola (é comum haver discussões e brigas entre adolescentes, bullying, etc.), captando assim a atenção e o interesse dos alunos.

Concluindo, por mais variado que seja o público da escola em relação à cultura e às etnias, essa escola dispõe de possibilidades de trabalho que ajudarão a desconstruir a ideia de que o que é diferente é errado, é ruim. Desde cedo, deve-se investir em uma educação que diminua os preconceitos, as condutas discriminatórias e a violência, resultantes da intolerância aos grupos sociais de outros locais e com outras culturas.



CAPÍTULO 6 – DIVERSIDADE SEXUAL E O PAPEL DA ESCOLA

Em capítulo anterior já explicamos que é importante, como educadores, sabermos diferenciar identidade de gênero e orientação sexual. Também já descrevemos as orientações sexuais mais comuns na nossa sociedade: heterossexual, bissexual, homossexual e assexual. Neste capítulo, iremos entender como a escola deve se posicionar em relação à sexualidade e qual a postura de professores e gestores em relação à orientação sexual de seus alunos.

• Comportamento Sexual e Escola

Muitos questionam se a escola deve trabalhar com a orientação sobre sexualidade. A realidade atual nos mostra que esse tema não pode ficar fora do currículo e embora muitos pais e professores concordem com isso, ainda não se chegou a um consenso sobre a faixa etária a partir da qual esse tema deve ser trabalhado. A maioria dos livros de Ciências apresenta conteúdos relacionados à reprodução humana por volta do sexto, ou sétimo ano, mas esses conteúdos são apenas um recorte sobre o tema.

As aulas de Ciências devem continuar cumprindo seu papel de ensinar a parte biológica da sexualidade, mostrando e explicando o aparelho reprodutivo humano, a anatomia, as funções glandulares e a fisiologia, porém, a parte da escola no ensino sobre sexualidade não pode parar aí. Existem aspectos sociais e comportamentais relacionados à atividade sexual entre adolescentes que já são problemas de saúde pública.

Uma pesquisa coordenada pela Dr^a Carmita Abdo, da USP, revelou que os adolescentes iniciam a vida sexual entre 13 e 17 anos e que o uso de preservativos nessas relações é muito baixo (JORNAL DA USP: https://jornal.usp.br/atualidades/adolescentes-iniciam-vida-sexual-cada-vez-mais-cedo/). As consequências disso são um grande número de adolescentes grávidas e outros tantos adolescentes contaminados com doenças sexualmente transmissíveis e HIV.

A gravidez na adolescência, na maioria das vezes, acaba mudando profundamente a vida da jovem mãe, é um compromisso que envolve uma série de responsabilidades para as quais essa menina não está preparada. Por isso, uma das tarefas da escola é ensinar o planejamento familiar. Essa medida é urgente se considerarmos os dados atuais, principalmente nas comunidades de baixa renda, onde a taxa maternidade precoce é mais alta (fonte: https://nacoesunidas.org/gravidez-na-adolescencia-e-mais-frequente-em-grupos-de-maior-vulnerabilidade-social-diz-oficial-do-unfpa/).

Se pensarmos nessas estatísticas, entenderemos a necessidade de a escola pública trabalhar sexualidade já a partir do início da pré-adolescência (aproximadamente 11,12 anos), e não somente no aspecto biológico. Nessa faixa etária já seria iniciado um projeto escolar que ensinasse o planejamento familiar, que focasse a formação de hábitos saudáveis (física e mentalmente), opções seguras de comportamentos sociais, autopreservação, reforço de autoestima, etc., embutindo nele a prevenção da gravidez, das DST's e do HIV através do uso do preservativo. Mas não é somente ensinar a colocar o preservativo, como muitos pensam, é esclarecer as situações de uso, ou seja, explicar que a prática sexual é algo sério, que exige responsabilidade consigo e com os outros, e que traz consequências sociais e emocionais.

• O Currículo Escolar e o tema Sexualidade

Esse projeto da escola sobre sexualidade não pode ser algo exercido em uma única disciplina, deve ser um projeto encarado por todos, de modo transversal, por isso Orientação Sexual é dos temas transversais dos PCN's. Para que o trabalho com qualquer tema dos PCN's seja eficiente, é importante que haja um compromisso da escola e de seus agentes. A sexualidade como parte do currículo deve estar presente já no Projeto Político Pedagógico (PPP), todos os professores e familiares dos alunos devem estar informados sobre esse PPP.

No planejamento anual e semestral deve estar bem claro que cada professor deve embutir os temas transversais em sua disciplina, e para que isso realmente ocorra, o professor deve apresentar suas ideias e sua opinião, tudo deve ser debatido democraticamente e se necessário, a escola deve providenciar cursos de extensão ou palestras sobre o assunto.

Nas reuniões os pais dos alunos devem ser informados sobre o currículo e sobre o planejamento das disciplinas. Conteúdos delicados como sexualidade devem ser debatidos entre todos, e o objetivo é de se chegar em um consenso sem prejuízo de conteúdo. Só não podemos trabalhar disciplinas fingindo que a questão da sexualidade não existe e pior, que não seja conhecida pelos nossos alunos. Se eles não solucionarem suas dúvidas com os adultos responsáveis por eles procurarão fontes nem sempre dignas e seguras.

Os conteúdos sobre os temas transversais não devem ser isolados e esporádicos, o trabalho é contínuo e fragmentado nos outros temas, por exemplo, o professor pode adotar o assunto da sexualidade, ou outro tema transversal, das seguintes formas:

- ✓ Mostrar filmes que sejam relacionados à disciplina, mas que também questionem aspectos sobre sexualidade (observada classificação indicativa para a faixa etária);
- ✓ Organizar debates sobre casos da mídia, acontecimentos atuais;
- ✓ Leituras que estejam relacionadas ao universo adolescente e tratem de sexualidade, entre outros temas.

Cada escola precisa adequar seu currículo, seu planejamento e suas práticas pedagógicas ao tipo de aluno que recebe. Com o tema sexualidade não é diferente. Na hora de traçar seus objetivos, a gestão deve considerar o contexto social da escola e da sociedade, a opinião dos pais, dos professores, estudar textos de especialistas, etc.

Uma vez traçados os objetivos, construído o PPP e feitas as reuniões de planejamento, é importante que se elabore uma estratégia para ouvir continuamente os alunos. Como muitos ficam com receio de tirar suas dúvidas na frente dos colegas, a escola pode criar um canal de orientação, online ou presencial, para que o aluno procure tirar suas dúvidas de forma a não se identificar. No fim do semestre e do ano, a escola pode fazer um balanço das dúvidas solucionadas e usar essas informações para ajudar no planejamento seguinte.

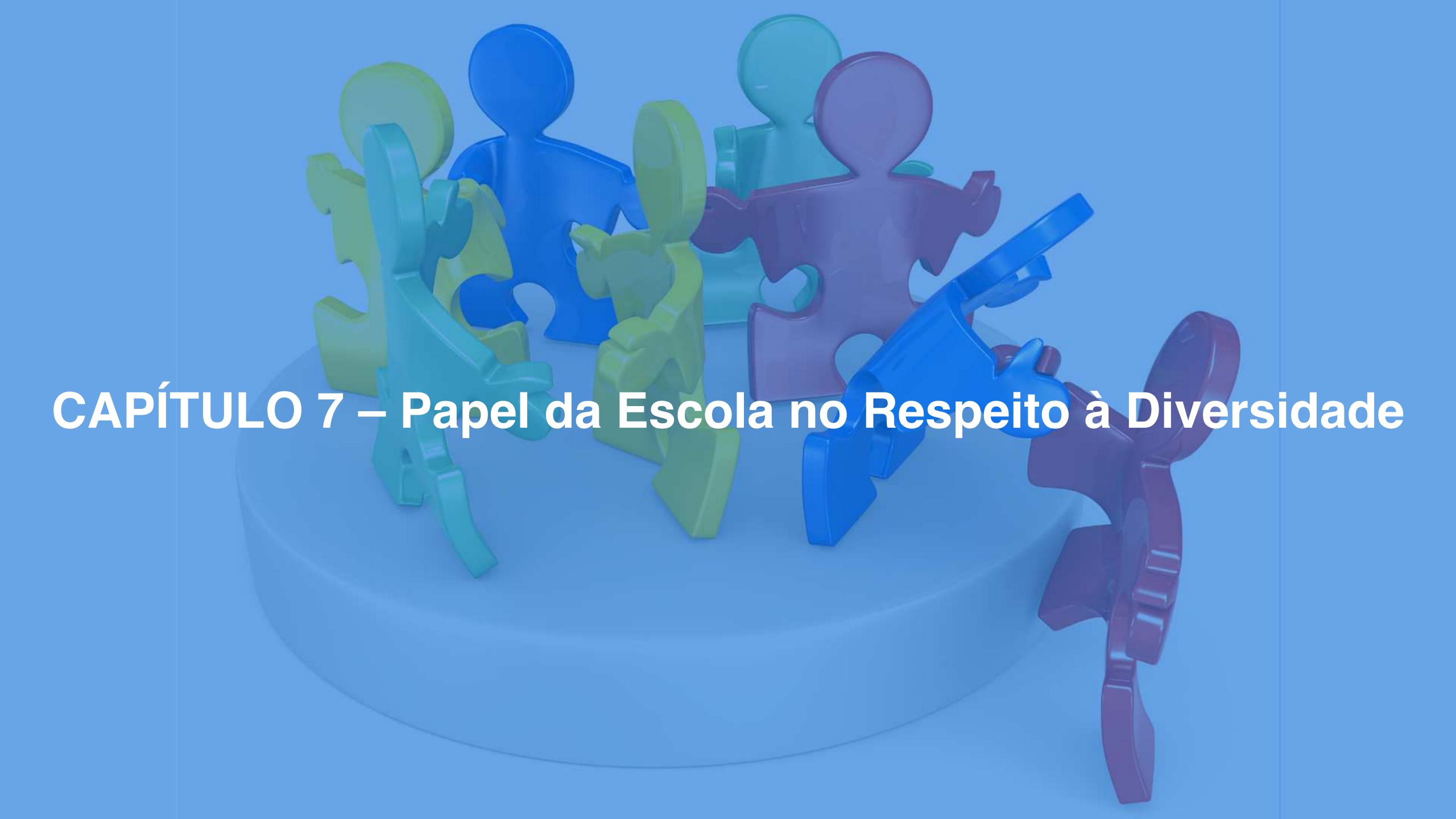
Além desse trabalho com os alunos, é preciso que a escola não tire a autonomia dos professores e outros profissionais de orientação, quando forem abordar a temática sobre sexualidade. Precisamos entender que o professor conhece seus alunos e sua disciplina e tem responsabilidade e qualificação suficientes para dar conta do tema, sem precisar ser monitorado ou instruído.

Questões sobre Orientação Sexual

Muitos professores e pais têm dúvidas sobre como lidar com as manifestações de sexualidade dos adolescentes, principalmente quando isso envolve comportamentos que não sejam heteronormativos. No caso da escola, é preciso trabalhar a diversidade sexual como se trabalha com os outros tipos de diversidade: com respeito.

Precisamos entender que a orientação sexual diz respeito a uma questão íntima e que envolve a privacidade do aluno, portanto, na hora de se propor a orientar, a escola deve tomar os devidos cuidados com discrição e sutileza. Orientação sexual não é algo opcional, não deve ser discutido em sala de aula como se fosse uma questão de escolha, mas sim como algo que envolve legislação, direitos, solidariedade, empatia, respeito e privacidade.

A orientação sexual da pessoa não é problema da escola, problema da escola é a violência, o preconceito, a discriminação, o blullying e tudo que fere e traumatiza os seus alunos por conta da sua sexualidade. Sendo assim, a escola deve traçar metas eficazes para extinguir qualquer comportamento que prejudique a saúde física e emocional de seus alunos.



Para encerrar nossos estudos sobre a diversidade na escola, iremos, neste capítulo, explicar como a escola deve trabalhar com cada grupo social identificado aqui como parte da diversidade nacional brasileira. Iremos retomar algumas definições e em seguida mostrar que há muito o que ser feito, mas que construir uma sociedade e uma escola mais justas, mais equilibrada e mais respeitosa com a diversidade é um objetivo pelo qual vale à pena lutar.

A base de uma educação para a diversidade é o respeito, portanto, a base é a mesma para conviver com todos os tipos de diferenças. As crianças e os adolescentes que frequentam a escola serão nossos futuros cidadãos, futuros profissionais, futuros pais e mães, então, eles precisam aprender a conviver entre diferenças e múltiplas identidades sociais se quisermos que formem uma sociedade melhor.

A escola é cheia de diferenças, de classe social, de cultura, de religião, de gênero, de orientação sexual, entre outras. Se os alunos aprenderem a conviver uns com os outros usando a aceitação, o acolhimento e o respeito, levarão esses valores para a vida adulta.

Diversidade Sexual

Os parâmetros curriculares nacionais têm a Orientação Sexual como tema transversal. Já comentamos como esse tema deve ser inserido no currículo, agora, iremos ver como é o trabalho com esse tema na prática. Segundo o livro sobre orientação sexual do PCN (1997), a criança manifesta a sua sexualidade desde o nascimento, de modos diferentes. Os primeiros anos obtém prazer explorando o próprio corpo, está se descobrindo como indivíduo, na puberdade, o interesse passa a ser o outro.

O desenvolvimento sexual biológico é um padrão da espécie, mas a relação que o indivíduo constrói com a própria sexualidade vai depender do meio em que cresce. Assim, se a criança é reprimida e repreendida sempre que manifestar algum comportamento sexual, ela pode desenvolver uma relação traumática coma sexualidade, enxergando a mesma como algo proibido e feio.

Por isso, a escola e a família devem tratar o assunto com naturalidade e sempre com calma, com diálogo, explicando à criança as convenções sociais e o modo de se comportar sem constranger as pessoas. Se uma criança se tocar, apenas explique que o lugar não é adequado para fazer isso, que é algo íntimo, e não estenda o assunto. O mesmo vale para dúvidas: se a criança perguntar algo que sobre reprodução, mas for muito pequena, explique por meio de metáforas. Mas se a criança for maior, explique a parte biológica, e somente o que ela perguntou.

Não podemos confundir erotismo com sexualidade. A sexualidade, o prazer das sensações físicas, está presente desde o nascimento e é natural, o erotismo, ou seja, o exercício do sexo, não. Uma criança, menor de 12 anos, não deve ter nenhum contato com erotismo, isso significa que em casa, a família deve tomar cuidado para que ela não ouça, não veja e não vivencie nada erótico. Porém, dados os perigos a que estão expostas, as crianças, desde muito pequenas, devem ser orientadas a denunciar qualquer toque indevido ou abuso por parte de adultos.

O adolescente, a partir dos 12 anos, começará a apresentar cada vez mais dúvidas e curiosidades. Todas as dúvidas devem ser tiradas e o assunto deve ser conversado, com seriedade, sempre que possível, em casa e na escola. Lembremos que no planejamento da escola, o máximo de detalhes devem ser discutidos por todos os adultos envolvidos com os alunos: pais, professores, funcionários, gestores, etc., então, a escola deve estar preparada para dúvidas.

Um dos detalhes discutidos democraticamente no planejamento deve ser o de regras comportamentais. Na educação infantil as crianças costumam ter curiosidades, se tocar e tocar os coleguinhas, caso isso aconteça, o professor deve ser treinado para intervir e explicar, de forma calma, clara e objetiva, porque esse comportamento não é aceito.

A intervenção do educador nessas situações deve se dar de forma a apontar a inadequação de tal comportamento às normas do convívio escolar. Não se trata, portanto, de julgar tais manifestações, mas apenas de delimitar a inadequação do espaço da escola para sua efetivação. Cabe ao educador compreender, então, que não se trata de aberração que justifique informar os pais sobre tais fatos, devendo a própria escola estabelecer diretamente com seus alunos os limites para o que pode ou não ocorrer dentro dela. A chamada dos pais só se justifica quando forem práticas muito recorrentes e estejam interferindo nas possibilidades de aprendizagem do aluno (BRASIL, 1997, p.89).

Com os adolescentes as regras devem ser as mesmas, porém, a observação deve ser mais frequente. Eles costumam se tocar mais, e em alguns casos, os toques podem ocorrer assédio e até abuso. A escola precisa ser vigilante, mas sempre instruindo, disponibilizando canais para tirar dúvidas, ou um profissional que o faça.

Os professores também podem ser organizar para distribuir as temáticas entre si, por exemplo, se for uma dúvida sobre comportamento, o professor fulano irá explicar, se for biológica o professor tal irá explicar, e assim por diante. É importante que os alunos sejam também bem-informados. Não podem faltar dados estatísticos, vídeos explicativos, estudos de casos, noções sobre legislação, formas de prevenção de doenças e gravidez, descrição de comportamentos abusivos, etc.

Diversidade Etnocultural

Os parâmetros curriculares nacionais têm como um de seus temas transversais a Pluralidade Cultural. Esse tema pode ser trabalhado em todas as disciplinas e também fora delas, com projetos e ações afirmativas. Precisamos lembrar que muitos antropólogos preferem não usar mais o conceito de raça, o ideal é usar o conceito de etnia, que já comentamos anteriormente. Portanto, o trabalho etnocultural irá focar tanto as questões raciais como as culturais e usará as orientações dos PCN (1997) sobre Pluralidade Cultural.

Dentro desse tema, existem três tipos de conteúdo que são extremamente urgentes: a questão dos afrodescendentes, as questões indígenas e o preconceito territorial. Quanto ao último, já comentamos em capítulo anterior a importância de mostrar as diversas regiões do país, com suas características culturais, desde cedo na escola. Esses trabalhos irão ajudar a enxergar as pessoas que falam diferente, que se vestem diferente e se comportam de modo diferente como parte da nossa cultura, e existem muitos aspectos das outras culturas que podem nos interessar e que podemos admirar e adotar no cotidiano.

As questões indígenas são um assunto bem delicado e bem atual. Dentro desse assunto, algumas abordagens precisam ser feitas pelos professores e como se trata de um tema transversal, veremos a seguir as orientações de trabalho por disciplina ou grupo de disciplinas:

- ✓ **Matemática:** as perdas humanas, materiais e de território são problemas que os indígenas enfrentam desde que os portugueses chegaram aqui. Para ajudar a refletir sobre isso, o professor de matemática pode propor problemas com dados históricos e estatísticos e propor soluções lógicas para essa questão;
- ✓ **Linguagens:** professores de línguas podem analisar múltiplos textos sobre a cultura indígena e também textos jornalísticos sobre fatos atuais. O professor de ensino médio deve propor textos dissertativo-argumentativos para os alunos refletirem sobre as questões indígenas atuais;
- ✓ **Geografia:** esse professor deve discutir duas questões urgentes da atualidade, a demarcação das terras indígenas e o uso das mesmas para a agricultura;

- ✓ **História e Sociologia:** devem discutir os aspectos culturais, como influência da cultura indígena, preservação dessa cultura e a questão da apropriação cultural;
- ✓ Ciências Naturais: toda a diversidade natural (fauna e flora) das terras indígenas pode ser usada para as aulas de ciências, além de a disciplina poder debater questões relacionadas ao meio ambiente e a preservação das florestas;
- ✓ **Arte:** estudo das manifestações artísticas indígenas como dança, cantos, tradições. Também pode estudar esse tema na nossa literatura. Essa disciplina pode ajudar a desmistificar a imagem caricatural que os povos indígenas têm tido no espaço escolar;
- ✓ Educação Física: estudo das práticas esportivas indígenas, análise de atividades físicas praticadas por eles, descrição dos movimentos de danças, entre outras coisas.

Da mesma forma, as questões raciais devem permear o trabalho de todas as disciplinas. Pode-se adaptar as discussões e práticas realizadas sobre os temas indígenas para os temas relacionados aos aspectos da cultura africana e dos afrodescendentes, vejamos:

- ✓ Matemática: as questões matemáticas relacionadas ao tráfico de africanos, com suas quantidades históricas, dados estatísticos e financeiros podem ser estudas e debatidas nas aulas;
- ✓ **Linguagens:** professores de línguas podem analisar múltiplos textos sobre a cultura africana e também textos jornalísticos sobre fatos atuais, relacionados à violência, ao racismo e a injúria racial. O professor de ensino médio deve propor textos dissertativo-argumentativos para os alunos refletirem sobre as questões raciais atuais;
- ✓ **Geografia:** estudar o continente africano, seus países e suas etnias, as regiões de onde saíram os povos traficados, entre outras coisas;

- ✓ **História e Sociologia:** devem discutir os aspectos culturais, como influência dos povos africanos na nossa cultura e na formação do povo brasileiro, a história dos quilombos e os remanescentes;
- ✓ Ciências Naturais: a questão da raça e da genética pode ser debatida e estudada à luz das teorias científicas atuais;
- ✓ Arte: estudo das manifestações artísticas dos povos africanos como dança, cantos, a capoeira.
 Também pode estudar a presença dos pretos na nossa literatura;
- ✓ Educação Física: estudo das práticas esportivas africanas, análise de atividades físicas praticadas por eles, sua presença nas olimpíadas, seus esportes, descrição dos movimentos de danças e práticas culturais. A participação de destaque em uma tradição nossa, a corrida de São Silvestre.

• Diversidade de Gênero

Já comentamos que as questões sobre gênero envolvem a situação da mulher na nossa sociedade atual e também dos transgêneros. A seguir, iremos mostrar como cada disciplina pode trabalhar esses temas para que os alunos cresçam com uma mentalidade mais aberta, de respeito à mulher e à identidade de gênero das pessoas.

- ✓ **Matemática:** essa disciplina pode trabalhar com os dados da violência contra mulher no Brasil, analisar gráficos, tabelas e as informações quantitativas, o mesmo pode ser feito em relação aos transgêneros, as travestis e os transexuais;
- ✓ **Linguagens:** professores de línguas podem apresentar as definições de gênero, analisar textos informativos e científicos sobre identidade de gênero, construir redações com temas relacionados à violência de gênero, analisar a presença do feminino e masculino na literatura brasileira;
- ✓ **Geografia:** estudar dados demográficos sobre a mulher, os transgêneros, transexuais e travestis, comparar esses dados entre as regiões do país, analisar as relações de gênero em cada região, etc.;

- ✓ **História e Sociologia:** são disciplinas importantes para descrever as relações de gênero atuais e como foi a evolução dos conceitos sobre feminismo, binarismo de gênero, sexo biológico e identidade de gênero, papéis sociais de gênero;
- ✓ Ciências Naturais: o professor pode explicar a diferença do sexo biológico e identidade de gênero e discutir os processos de mudança de sexo;
- ✓ **Arte:** existem muitas obras artísticas que podem levar à reflexões sobre o papel de gênero na sociedade atual e em outros contextos, pode ser feita uma comparação, através de quadros e esculturas, dos padrões de beleza, do papel da mulher em diversas culturas e contextos históricos;
- ✓ Educação Física: um debate atual é como a mudança de gênero influencia nas práticas esportivas, também se pode discutir as diferenças de sexo nos esportes, estudar as práticas esportivas que mais favorecem a cada gênero, entre outras comparações.

A Questão do Deficiente

Por fim, é importante lembrar que um trabalho com diversidade deve envolver a questão da inclusão do deficiente. Disciplinas de exatas, como física e matemática poderiam abordar a questão da acessibilidade na nossa sociedade, analisando dimensões e padrões para locomoção de deficientes. Também podem trazer para a sala de aula programas de informática, aplicativos de acessibilidade e equipamentos ou instrumentos adaptados, explicando a parte mecânica e de cálculo envolvida na produção dessa tecnologia.

A disciplina de Língua Portuguesa pode trabalhar com a adaptação dos textos para deficientes visuais, descrever a comunicação alternativa e ampliada, mostrar como funciona Língua Brasileira de Sinais (libras) e explicar os códigos de linguagens que facilitam a comunicação das pessoas com deficiência. A disciplina de História deve mostrar a história da inclusão no Brasil e no mundo e discutir a evolução do conceito, também pode debater as legislações e documentos internacionais.

A Geografia pode analisar dados estatísticos sobre deficiência, apresentar a tecnologia assistiva para leitura de mapas, tabelas e gráficos. A aula de educação física deve ser adaptada a todas as crianças especiais, e isso dá oportunidade ao professor de criar novos jogos e práticas esportivas. Na disciplina de Arte seria interessante mostrar a obra de Aleijadinho, que esculpia com os pés imagens belíssimas, além de outros artistas com deficiência que conseguem fazer sua arte.

As aulas de ciências podem ser usadas para se explicar as deficiências, os aspectos genéticos e hereditários, as características e sintomas, as definições de síndrome, transtorno, déficit, doença, etc. é preciso muito cuidado e delicadeza para não constranger algum aluno que tenha deficiência.

Como podemos notar, os parâmetros curriculares nacionais, PCN, nos orientam sobre como trabalhar com a diversidade no currículo, de forma transversal e contínua. Mas são só parâmetros, a escola e o professor têm autonomia e devem adaptar os conteúdos curriculares para as questões que estão presentes na escola e na comunidade. Assim, a educação sobre respeito à diversidade é contínua e multifacetada.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viver em sociedade exige esforço pessoal para compreensão, exige empatia e aprendizado sobre regras e condutas. A única forma de conseguirmos uma sociedade com equidade e paz é respeitando as diferenças e os direitos das outras pessoas. Porém, a convivência com a diversidade não é tão fácil, nem na sociedade, nem na escola.

Os alunos, professores e funcionários estão em relação constante, tendo que conviver diariamente com hábitos diferentes, linguagens diferentes, comportamentos diferentes. A escola recebe alunos de várias identidades sociais, que pertencem aos mais variados grupos. Sabemos que as diferenças causam estranhamento de início e é a mediação do adulto, no caso o professor, que vai guiar a aceitação e o respeito a essas diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parceria com a família e a comunidade deve ser muito firme e aberta. A escola deve levar em consideração as características de seus alunos e da comunidade na qual a escola está inserida, analisando previamente as questões sobre diversidade mais presentes e urgentes. Só assim poderá fazer um planejamento adequado e eficiente. Esse planejamento deve ser construído com os professores e comunicado aos pais. Todos devem debater as probabilidades, os pontos positivos e negativos, até chegar a um consenso sobre o trabalho prático e o currículo.

Não importa qual questão sobre diversidade seja trabalhada, a construção do respeito mútuo, da empatia, da solidariedade e da cooperação devem ser a base da formação do aluno. A convivência escolar vai servir de ponto de partida para o planejamento e servirá de parâmetro para avaliar se o trabalho está dando certo. Assim, se os conflitos e atritos da escola forem resolvidos, o trabalho não só sendo eficaz, como estará ajudando a construir uma sociedade melhor.



BÍSCARO, C. R. R. A construção das identidades de gênero na educação infantil. Campo Grande, 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade católica Dom Bosco.

BRASIL. Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Consulta em 13 de julho de 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 18 de maio de 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL/MEC/INEP. Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual – Relatório Analítico Final. São Paulo: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf. Acesso em 11 de julho de 2020.

BRASIL. O Ministério Público e os direitos de LGBT: conceitos e legislação. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará. – Brasília: MPF, 2017. 84 p. disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MPeDireitosLGBT.pdf. Acesso em 08 de julho de 2020.

FIORIN, J.L. A construção da identidade nacional brasileira. Revista Bakhtiniana. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 10 sem. 2009.

FREIRE, M. A. (s.d.). As relações de gênero entre as crianças na educação infantil. Obtido em 15 de janeiro de 2018, de file:///C:/Users/Ana/Downloads/3881- 6395-1-PB%20(1).pdf

MORAES, L.M. Intolerância, direitos humanos e socialização no ambiente escolar. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. Bauru, v. 2, n. 3, p. 69-87, jul./dez. 2014.

FIORIN, J.L. A construção da identidade nacional brasileira. Revista Bakhtiniana. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 10 sem. 2009.

FREIRE, M. A. (s.d.). As relações de gênero entre as crianças na educação infantil. Obtido em 15 de janeiro de 2018, de http://periodicos.ufes.br/gepss/article/viewFile/3881/3096

MORAES, L.M. Intolerância, direitos humanos e socialização no ambiente escolar. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. Bauru, v. 2, n. 3, p. 69-87, jul./dez. 2014.

O que é bullying? Escola da Inteligência. Disponível em: https://escoladainteligencia.com.br/o-que-e--b--u-l--l--y-i-n-g-/ / #:~:text=que%20%C3%A9%20bullying%3F-,Bullying%20%C3%A9%20uma%20situa%C3%A7%C3%A3o%20que%20se%20caracteriza%20por%20agress%C3%B5es%20in . acesso em 11 de julho de 2020.

SOUZA, E. M., CARRIERI, A. P. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. In: Revista de Administração Mackenzie. Vol. 11. N. 3. São Paulo, mai/jun 2010.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Formação do Povo Brasileiro. Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiag/brasileiro.htm. Acesso em 06 de julho de 2020.